

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 3 – Número 109 – 26/08 a 30/08/2019

Sumário

- ✘ *Destaque da Semana*
- ✘ *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- ✘ *Notícias do Executivo*
- ✘ *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- ✘ *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- ✘ *Outras Notícias*
- ✘ *Atos Normativos*
- ✘ *Dados Estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Audiências Públicas sobre NR 7, 9 e 17 ocorrem na Fundacentro](#)

Fundacentro - 31/08/2019

A Secretaria do Trabalho, a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho – SIT e a Fundacentro realizam audiências públicas sobre as Normas Regulamentadoras 7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), 9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e 17 (Ergonomia) nos dias 10 e 11 de setembro em São Paulo/SP. Serão oferecidas vagas para a participação presencial e para a participação virtual. As inscrições devem ser feitas separadamente para cada audiência.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)

SEST
PELO FUTURO DO TRABALHO

CBIC



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Ministro Dias Toffoli defende criação de políticas públicas para geração de empregos](#)

Supremo Tribunal Federal - 30/08/2019

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli, participou, nesta sexta-feira (30), da palestra Democracia e Direitos, promovida pela Força Sindical na sede do Sindicato dos Metalúrgicos no centro de São Paulo. O presidente lembrou suas visitas aos tribunais do país onde tem verificado a “extrema importância” da Justiça do Trabalho em um país com tantas desigualdades sociais.

[TST mantém cláusula de acordo que prevê homologação de rescisões por delegado sindical](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 30/08/2019

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso do Ministério Público do Trabalho (MPT) para anular cláusula de acordo coletivo que previa a homologação das rescisões contratuais de empregados da Serra Sul Serviços por delegado sindical autorizado. Para a SDC, nada impede a manutenção da cláusula do acordo.

[TST ratifica posse do ministro Evandro Pereira Valadão Lopes em sessão solene](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/08/2019

Em sessão solene realizada nesta quarta-feira (28), o Tribunal Superior do Trabalho ratificou a posse do ministro Evandro Pereira Valadão Lopes, indicado para a vaga de magistrado de carreira decorrente da aposentadoria da ministra Maria de Assis Calsing. O novo ministro havia sido empossado em julho, em sessão administrativa, e, desde o início do mês, integra a Sétima Turma e a Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do TST.



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Justiça do Trabalho é a mais célere na solução de conflitos, aponta relatório do CNJ](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/08/2019

Uma reclamação trabalhista é julgada, em média, em nove meses. Esse é um dos menores prazos registrados no Judiciário brasileiro, que apresenta média de 1 ano e 10 meses nas varas federais e de 2 anos e 4 meses nas varas estaduais. A conclusão é do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a partir dos dados reunidos no relatório Justiça em Números 2019, divulgado nesta quarta-feira (28) em Brasília.

[Empresa informa esquema fraudulento em laudos e consegue realização de nova perícia](#)

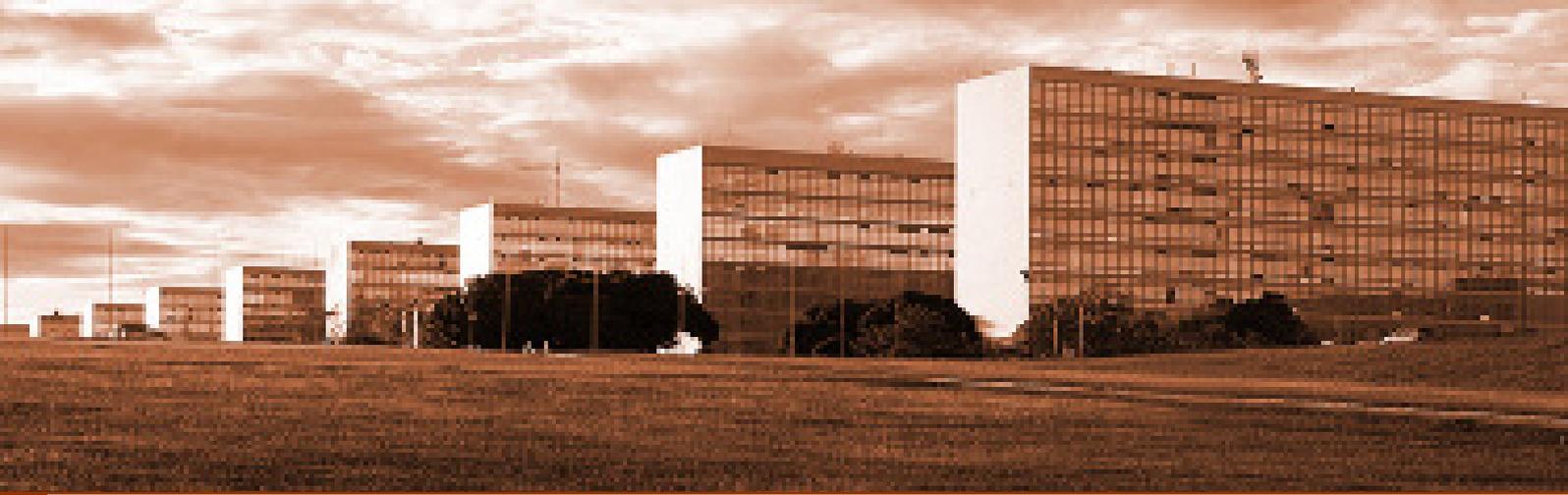
Tribunal Superior do Trabalho - 26/08/2019

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou a realização de mais uma perícia médica na reclamação trabalhista ajuizada por um electricista que sustentava sofrer de problemas na coluna em razão do trabalho. A decisão foi motivada pela informação da URS Brasil - Consultoria e Soluções Integradas Ltda. de que o médico responsável pela primeira perícia vendia laudos para processos trabalhistas.

[Empresa poderá substituir depósito recursal por seguro garantia judicial](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 26/08/2019

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho entendeu que a Ação Contact Center Ltda., de Belo Horizonte (MG), para apresentar recurso ordinário, pode substituir o depósito recursal por apólice de seguro garantia judicial. Por unanimidade, a Turma afastou a deserção que havia sido decretada por falta de pagamento do depósito.



Notícias do Executivo

[Fundacentro realiza workshop sobre “Proteção Contra Queda”](#)

Fundacentro - 29/08/2019

A Fundacentro (Centro Estadual do Paraná) realiza no dia 05 de setembro, das 9h às 12h30, um Workshop sobre “Proteção Contra Queda”, no auditório do Ministério Público do Trabalho, situado à rua Vicente Machado, nº 84 – Curitiba – Paraná. O evento conta com o apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho no Estado do Paraná (Sintesp) e do The Safety Company.

[Ações em Pernambuco e Maranhão tem participação da Fundacentro](#)

Fundacentro - 27/08/2019

O Tribunal Regional do Trabalho-6ª Região (TRT-6ª. Região), por meio do Grupo Interinstitucional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Getrin), realiza em parceria com a Fundacentro (Centro Regional de Pernambuco) e demais instituições, o seminário “Trabalho e sofrimento psíquico: vidas em risco”. Com entrada gratuita, o seminário acontece no dia 03/09/19, das 9h às 16h, na SRTE/PE, situado na av. Agamenon Magalhães, 2000.

[Subnotificação dificulta implementação de políticas públicas](#)

Fundacentro - 26/08/2019

Muito se fala em subnotificação de registros de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais e em como isso afeta a implementação de políticas públicas para intervir em melhorias, tanto do ponto de vista de geração de informação, como na adoção de medidas preventivas. Sob essa perspectiva, da ausência de dados, pesquisadoras estimaram o sub-registro de Acidentes de Trabalho Fatais nos sistemas de informação do Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP), Ministério do Trabalho e Secretaria da Previdência Social, de 2007 a 2015, em Palmas, Tocantins.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Audiência pública vai discutir alterações em normas regulamentadoras](#)

Ministério Público do Trabalho - 30/08/2019

O Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina (MPT-SC) realiza no dia 4 de setembro uma audiência pública para tratar da saúde e segurança do trabalhador em parceria com a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc). O debate ocorre a partir das 9h, no plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright da Alesc, em Florianópolis.

[Liberdade sindical é tema do seminário “O Centenário da OIT e o Futuro do Trabalho”](#)

Ministério Público do Trabalho - 29/08/2019

O Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT-PR) sediou, na terça-feira (27/08), um debate sobre a promoção da liberdade sindical. O debate faz parte da série de eventos do seminário “O Centenário da OIT e o Futuro do Trabalho”, com o apoio do MPT e de diversas instituições públicas e entidades da sociedade civil.

[Na PGR, Balazeiro defende emprego digno e gestão democrática](#)

Ministério Público do Trabalho - 26/08/2019

O novo procurador-geral do Ministério Público do Trabalho, Alberto Balazeiro, destacou a uberização e os efeitos da revolução digital no mundo do trabalho como alguns dos desafios enfrentados pela instituição. A fala ocorreu na Procuradoria-Geral da República, durante sua posse solene, nesta segunda-feira (26). O procurador comandará o MPT pelo biênio 2019-2021.

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[NRs: SINAIT solicita que SIT determine reuniões técnicas para matérias sob consulta pública](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 28/08/2019

O SINAIT protocolou no final da tarde desta quarta-feira, 28 de agosto, [correspondência](#) ao subsecretário de Inspeção do Trabalho, Celso Amorim, sobre as Normas Regulamentadoras – NRs sob consulta pública. No texto, o presidente do Sindicato, Carlos Silva, solicita que a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho – SIT determine reuniões técnicas no âmbito das unidades regionais para que os Auditores-Fiscais do Trabalho discutam o tema e consolidem o resultado dos debates em um documento.

[CE: Auditor-Fiscal aborda NR 18 em palestra](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 27/08/2019

O Auditor-Fiscal do Trabalho e diretor do SINAIT, Franklim Rabelo, proferiu a palestra “O olhar normativo e clínico da Fiscalização do Trabalho nas obras de construção civil”, nesta segunda-feira, 26 de agosto. A palestra foi direcionada aos profissionais do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará - CREA/CE e abordou a Norma Regulamentadora – NR 18, que trata da segurança e saúde do trabalho na construção civil.

[MT: Semana Nacional da Aprendizagem contou com debates e oficinas](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 26/08/2019

A Seção de Inspeção do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho de Mato Grosso – SRT/MT, a Comissão para Erradicação do Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho – MT e o Ministério Público do Trabalho – MPT realizaram a Semana Nacional da Aprendizagem 2019 do estado, de 19 a 23 de agosto. A abertura da semana foi marcada por audiência pública na sede do Tribunal Regional do Trabalho – TRT/MT.



Outras Notícias

[Ofender empresa na internet é motivo para justa causa, fixa TRT-15](#)

Consultor Jurídico - 30/08/2019

Ofender a empresa e colegas de forma pública na internet é motivo para justa causa. Com esse entendimento, a 10ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região negou provimento ao recurso do trabalhador que difamou no Facebook a empresa no tocante à sua jornada de trabalho e, também, sobre a vida pessoal de sua supervisora e outros funcionários da companhia.

[Governo monta comissão apenas com juízes para debater legislação trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 29/08/2019

Com o objetivo de fazer avaliações ao mercado de trabalho brasileiro, o secretário Especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, enviou um ofício ao ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal federal e do Conselho Nacional de Justiça, informando sobre a criação de um grupo de estudos sobre direito do trabalho e concluir o trabalho de modernização da legislação trabalhista.

[Justiça do Trabalho possui maior número de novos casos](#)

Consultor Jurídico - 29/08/2019

Rescisão do Contrato de Trabalho e verbas rescisórias são o assunto que mais demandam a Justiça do Trabalho, com 49.174.057 processos e 13,08% dos casos totais. É o que mostra o Relatório Justiça em Números 2019, publicado nesta quarta-feira (28/8), pelo Conselho Nacional de Justiça.



Atos Normativos

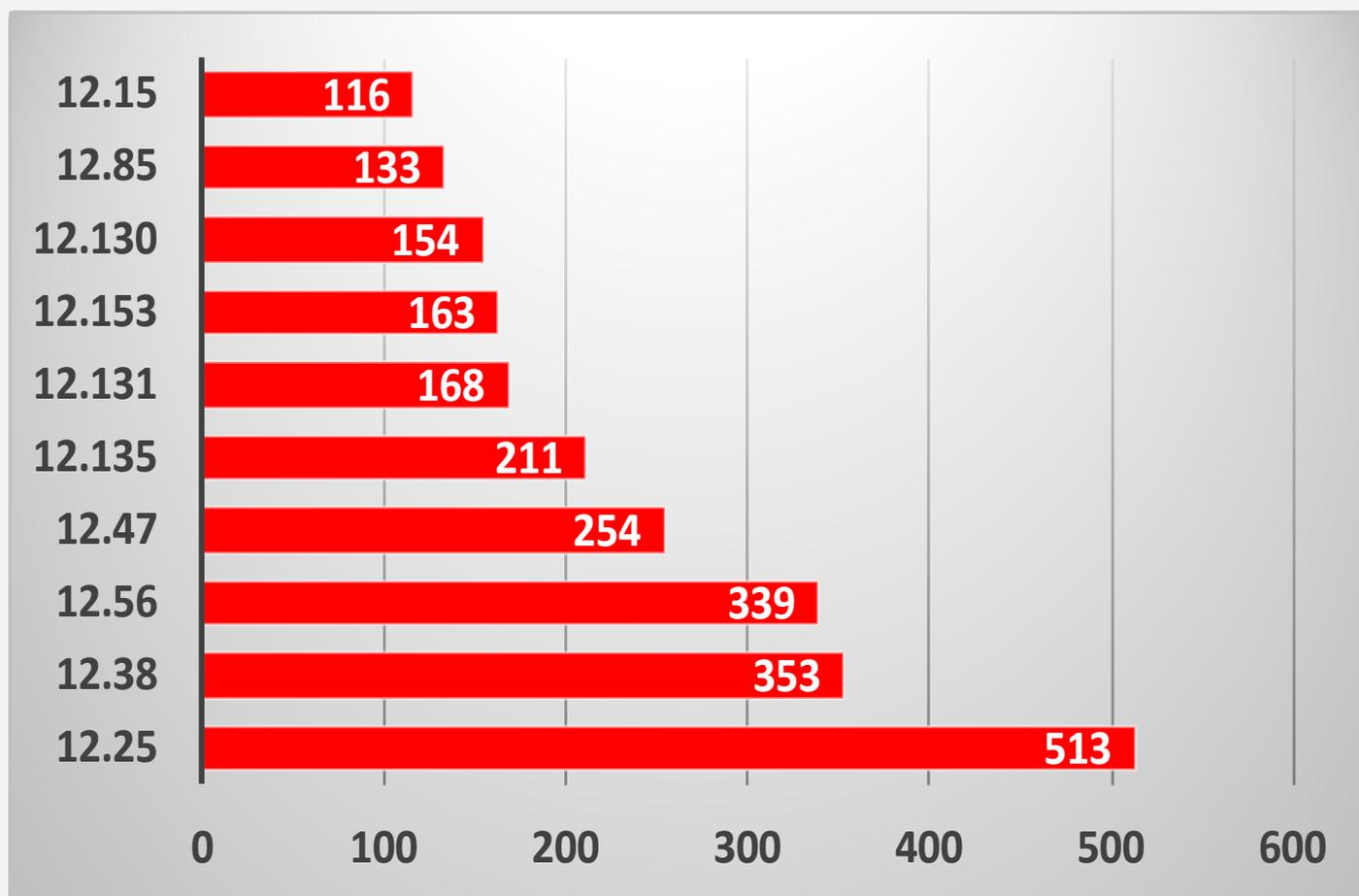
extrajudicial dos créditos pertencentes ao FGTS, sua defesa em juízo e consultoria;

[AVISO DE CONSULTA Nº 6/2019](#) (DOU de 30/08/2019 Seção III Pág. 36) - Submete à consulta pública a proposta de texto para revisão das Normas Regulamentadoras nº 07 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO), 09 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA) e 17 (Ergonomia), bem como da proposta de texto do Programa de Gerenciamento de Riscos, disponível no endereço eletrônico: <http://participa.br/secretaria-de-trabalho>.



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens da Norma Regulamentadora n.º 12 (Segurança em Máquinas e Equipamentos) mais capitulados como “Irregular (Autuação)” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no período de 2012 a 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Irregular (Autuação): É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram capitulados nos autos de infração lavrados em desfavor das empresas durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

12.25. Os comandos de partida ou acionamento das máquinas devem possuir dispositivos que impeçam seu funcionamento automático ao serem energizadas.

12.38. As zonas de perigo das máquinas e equipamentos devem possuir sistemas de segurança, caracterizados por proteções fixas, proteções móveis e dispositivos de segurança interligados, que garantam proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores.

12.56. As máquinas devem ser equipadas com um ou mais dispositivos de parada de emergência, por meio dos quais possam ser evitadas situações de perigo latentes e existentes.

12.47. As transmissões de força e os componentes móveis a elas interligados, acessíveis ou expostos, devem possuir proteções fixas, ou móveis com dispositivos de intertravamento, que impeçam o acesso por todos os lados.

12.135. A operação, manutenção, inspeção e demais intervenções em máquinas e equipamentos devem ser realizadas por trabalhadores habilitados, qualificados, capacitados ou autorizados para este fim.

12.131. Ao início de cada turno de trabalho ou após nova preparação da máquina ou equipamento, o operador deve efetuar inspeção rotineira das condições de operacionalidade e segurança e, se constatadas

anormalidades que afetem a segurança, as atividades devem ser interrompidas, com a comunicação ao superior hierárquico.

12.153. O empregador deve manter inventário atualizado das máquinas e equipamentos com identificação por tipo, capacidade, sistemas de segurança e localização em planta baixa, elaborado por profissional qualificado ou legalmente habilitado.

12.130. Devem ser elaborados procedimentos de trabalho e segurança específicos, padronizados, com descrição detalhada de cada tarefa, passo a passo, a partir da análise de risco.

12.85. Os movimentos perigosos dos transportadores contínuos de materiais devem ser protegidos, especialmente nos pontos de esmagamento, agarramento e aprisionamento formados pelas esteiras, correias, roletes, acoplamentos, freios, roldanas, amostradores, volantes, tambores, engrenagens, cremalheiras, correntes, guias, alinhadores, região do esticamento e contrapeso e outras partes móveis acessíveis durante a operação normal.

12.15. Devem ser aterrados, conforme as normas técnicas oficiais vigentes, as instalações, carcaças, invólucros, blindagens ou partes condutoras das máquinas e equipamentos que não façam parte dos circuitos elétricos, mas que possam ficar sob tensão.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico